

UM OLHAR INCLUSIVO ACERCA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Autor: Renata Leite de Oliveira.

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro, renataoliveira_rj@yahoo.com.br)

Resumo: O presente estudo objetivou analisar os discursos de docentes da sala de recursos que atuam com crianças dos anos iniciais do ciclo da educação básica, tendo por embasamento a perspectiva inclusiva e pós-estruturalista. A metodologia utilizada foi de entrevista semi estruturada com docentes da sala de recursos de uma escola pública localizada na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. A partir da análise das entrevistas, busquei compreender o que no momento àquelas docentes compreendiam por educação inclusiva, se analisavam suas práticas pedagógicas como promotoras de inclusão, de que maneira tratavam esta temática em seu ambiente de trabalho e como articulavam suas atividades com as professoras das salas consideradas regulares.

Palavras-chave:

inclusão, diferença, educação especial.

Introdução.

A temática da educação inclusiva e da educação especial tem se destacado nos debates do campo educacional. Apesar da existência de políticas públicas em prol de uma educação que incluem todos e todas, considero importante conhecer como estas políticas estão sendo ressignificadas no ambiente escolar, pois estas compreensões estão diretamente relacionadas às concepções que as docentes possuem sobre educação inclusiva. Desta forma, embora as políticas públicas sejam extremamente importantes no processo de aquisição de direitos para os que possuem necessidades especiais, o que me preocupa neste estudo é como as professoras lidam com a diferença (neste caso relacionado à educação inclusiva) no cotidiano de sala de aula.

Neste texto busquei analisar os discursos de docentes da sala de recursos que atuam com crianças dos anos iniciais do ciclo da educação básica, tendo por base uma perspectiva inclusiva e pós-estruturalista. Interessei-me em investigar como as educadoras da sala de recursos observam a questão da educação inclusiva na instituição? O que consideram como aspectos positivos e/ou negativos? De que maneira as profissionais de educação da sala de recursos analisam o processo de inclusão de alunos considerados especiais nas salas regulares?

Pretendi compreender, a partir da análise das entrevistas semi estruturadas, o que no momento estas docentes compreendiam por educação inclusiva, se analisavam suas práticas pedagógicas como promotoras de inclusão, ou seja, de que maneira abordam esta temática em seu ambiente de trabalho.

Para isto, recorro a Laclau (2011) ao considerar que a categoria teórica do discurso possibilita investigar os mecanismos pelos quais os sentidos são produzidos e como eles orientam os fenômenos sociais; porém, esta orientação não é pré-determinada, é algo que se produz e se transforma na própria dinâmica discursiva. Assim, o estudo tem por perspectiva teórica o pós-estruturalismo. Nesta perspectiva teórica a noção de discurso torna-se central; abordam-se questões relacionadas às diferenças de maneira mais ampla com ênfase nas relações de poder.

De acordo com Santos (2002) a educação especial era definida em relação a seu público (pessoas com deficiência). Com o passar do tempo e devido às lutas em prol de uma educação para todos, a educação especial ganhou destaque e o debate sobre a temática foi ampliado, passando por constantes ressignificações. Sua definição foi ampliada e redefinida relacionando-se ao seu campo de ação e também a sua clientela.

Um dos marcos que considero importante nos avanços em relação a educação especial foi a Declaração de Salamanca de 1994 que trouxe importantes contribuições sobre uma educação para todos. Assim como Santos (2002) destaco as distinções entre as versões inglesa e brasileira da Declaração de Salamanca (1994) como a ausência de seções na declaração brasileira que constam na inglesa como:

Parte 1, denominada Educação para Necessidades Especiais: uma visão geral, em que se discute as origens da Conferência de Salamanca, e se estabelece o “palco” de redefinição da educação especial; da Parte 2, intitulada A Conferência, que mostra como foi sua organização e as sessões de abertura e de encerramento; e da Parte 3, com o título de Resumo das Apresentações Temáticas e Discussões, que mostra com detalhes importantes os principais argumentos levantados nas palestras e grupos de discussão a respeito dos quatro grandes temas que nortearam a Conferência: Política e Legislação, Perspectivas Escolares, Perspectivas Comunitárias e Parcerias e Estabelecimento de Redes (Santos, 2002, p.105-106).

Na declaração brasileira constam somente a declaração e as diretrizes que nortearam as linhas de implementação da mesma. Mesmo com estas distinções, realizadas pela autora, não há como negar as contribuições da Declaração para a educação especial, visto que ela trouxe “implicações significativas à organização dos sistemas educacionais e das escolas propriamente ditas” (idem, p.106). Santos (2002) também salientou a redefinição da educação especial em termos de seu público e de seu foco de ação. Ainda conforme mencionado pela autora, no movimento relacionado a uma educação para todos amplia-se a oferta de educação independentemente de suas particularidades, favorável a uma educação mais democrática que garanta o acesso e a permanência dos alunos a

educação. Outros documentos também afirmam este comprometimento, como a Declaração Mundial de 1990 e os estudos da UNESCO.

A partir da concepção de que nossa sociedade é uma sociedade das diferenças, não basta somente tolerar o diferente, é necessário que se estabeleça o diálogo sobre a temática compreendendo que nos constituímos enquanto atores sociais a partir das diferenças.

Apesar de não constar o termo ‘educação inclusiva’ na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, a lei menciona a educação especial apresentando um avanço por constar e abordar a temática na LDB 9394/96. Deste modo, enfatiza um atendimento especializado nas escolas regulares, buscando romper com a segregação escolar de crianças especiais. Kassar (2011) relata que com a promulgação da LDB 9394/96 foi proposto a adaptação das escolas para que pudessem atender a todos, incluindo as diferenças sociais, étnicas, econômicas; abrangendo também as diferenças culturais. Logo, o discurso em relação à educação especial também dialoga com os discursos de inclusão escolar, o “discurso de “educação inclusiva” toma corpo no país, de modo que profissionais que atuavam na Educação Especial passam, pouco a pouco, a utilizar o termo “inclusão”” (KASSAR, 2011, p. 71).

Para além dos avanços conquistados por intermédio de lutas e da materialização destas lutas em políticas públicas em prol de uma educação inclusiva e democrática (abrangendo assim a educação especial); considero relevante que a instituição escolar se organize para debater sobre e como estão se organizando para atender as demandas de seu alunado. Este debate pode ser ampliado abarcando funcionários, alunos, professores e comunidade escolar; com um diálogo constante sobre as diferenças e em prol de uma educação inclusiva, visando desconstruir concepções cristalizadas sobre o outro que é diferente, possibilitando um ambiente de trocas, de reflexão e de valorização das diferenças.

Relatos das entrevistas: educação inclusiva em pauta.

A escola pesquisada está localizada em um município da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. A instituição possui: 10 salas de aulas, sala da diretoria, sala de professores, sala de leitura, laboratório de informática, quadra de esportes descoberta (localizada em frente à escola – em uma praça pública), cozinha, banheiro (para funcionários; para alunos – feminino e masculino e; um banheiro adequado à alunos com necessidades especiais ou mobilidade reduzida), refeitório, despensa, almoxarifado, pátio coberto, pátio externo e uma área verde.

A direção não colocou empecilhos e mostrou-se acessível para todos os momentos da pesquisa. Em relação as educadoras participantes da pesquisa, após uma breve conversa, elas mostraram-se solícitas em realizar a entrevista. Na conversa inicial informei somente qual era a temática pesquisada por mim, expliquei que não há respostas certas ou erradas. Para a efetivação desta pesquisa foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com duas professoras da sala de recursos de uma escola municipal de um município da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

Utilizei a entrevista semi-estruturada, pois almejei que as entrevistadas ficassem à vontade para falar o que pensam. De acordo com Goldenberg (1998) esta metodologia de pesquisa possibilita respostas livres, que não se limitam às alternativas apresentadas pela pesquisadora. Assim, as entrevistas ocorreram nos horários mais convenientes para as docentes, possibilitando que a entrevista acontecesse sem interrupções.

Ao serem indagadas sobre o que compreendem sobre educação inclusiva, observei que naquele momento, embora ambas dialogassem com as demandas da educação inclusiva, uma educadora deu ênfase na educação especial; enquanto outra docente ao responder considerou que a educação inclusiva, embora incluía a educação especial, vai para além dela. Isto ficou evidenciado em alguns momentos. Por exemplo, uma professora falou da sua compreensão sobre uma educação inclusiva

É a escola que recebe o aluno especial, que tem acessibilidade, que tem profissionais especializados, a escola que tem todos os recursos materiais. Uma escola que tem uma sala de recursos com o padrão que o próprio ministério da educação determina. A parceria da família com esses alunos e com a escola. A formação dos professores da sala regular. É tanta coisa, a saúde do município em parceria com a escola, o que não é o nosso caso. Porque não adianta você ter a escola, ter todo esse aparato pedagógico e não ter o clínico. E aí o aluno não está com a medicação, não está com o acompanhamento certo. Você não tem o laudo do aluno e aí, você acaba fazendo o tratamento um pouco vago (informação verbal, 2015).

Nesta fala a docente enfatizou uma concepção de educação inclusiva mais próxima da educação especial, considerando possíveis diferenças físicas ou de aprendizagem; mas desconsiderou as diferenças relacionadas às questões de gênero, sexualidade, etnia, entre outros aspectos relacionados as demandas das diferenças. Também foi salientado os entraves no processo de uma educação inclusiva como o caso de parcerias com a saúde do próprio município, que de acordo com a mesma não fornece o amparo necessário.

De acordo com Xavier (2009) uma escola é inclusiva quando todas as crianças têm a possibilidade de aprender juntas, respeitando o tempo e cada sujeito, “independente de quaisquer

dificuldades ou diferenças” (p. 17). A professora Nadir se aproxima da concepção proposta por Xavier quando menciona que a

educação inclusiva é muito maior do que a educação especial, uma escola que vai atender a todos, uma escola plural, uma escola que vai atender um aluno com deficiência ou sem deficiência. Uma escola que pensa que todos os alunos que estão ali tem direito a uma educação de qualidade (informação verbal, 2015).

Considero por educação inclusiva uma educação voltada a todos os sujeitos, compreendendo-os em as suas diferenças, atores sociais únicos e diferentes, que integram e compõem o ambiente escolar. Uma perspectiva inclusiva trabalha em prol das diferenças, construindo possibilidades de reflexão para que todos possam ser respeitados e valorizados considerando suas especificidades.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994) e conforme mencionado por Xavier (2009) as

escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças em outros grupos em desvantagem ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. [...] o termo ‘necessidades educacionais’ especiais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem e, portanto, possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto, durante a sua escolarização. As escolas devem buscar formas de educar tais crianças de forma bem sucedida, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. (XAVIER, 2009, p.3).

As docentes entrevistadas consideraram que a instituição escolar está em um processo de construção para uma educação inclusiva, mas há entraves que precisam ser trabalhados coletivamente, como a ampliação do diálogo com a coordenação pedagógica e com a direção sobre as demandas de uma educação inclusiva. Alguns relatos abordaram sobre o ambiente da sala de recursos e também sobre a resistência em compreender que

a escola precisa trabalhar em conjunto para que as crianças tenham seu direcionamento, tenham sua sala regular, sua sala de recursos, que o espaço seja realmente acessível. O que falta na escola é também acessibilidade. O banheiro adaptado a portadores de necessidades especiais é utilizado como depósito de materiais para o pessoal da limpeza (informação verbal, 2015).

Estamos lotado há 3 anos nessa escola e nem é considerada sala de recursos. Não chega material, nem nada. A gente não tem nada. A diretora que compra tudo e coloca aqui. Tudo que ela pode comprar, mas por exemplo, não temos acessibilidade nenhuma aqui, não tem computador funcionando,

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

várias coisas a gente não tem. Os jogos a gente não tem, não tem espaço pra tapete. Não tem como fazer uma atividade psicimotora. Não tem como se locomover. Cadeirante criança consegue entrar, só se for uma criança. Agora se for um adolescente, e aumentar a cadeira já tem dificuldade. Adulto não consegue. É bem precário (Informação verbal, 2015).

Desta maneira questionam o fato da instituição não respeitar “o direito daquele aluno de ter um espaço disponível para ele, no caso da criança que é atendida na sala de recursos ou dentro da sala regular também” (informação verbal, 2015). O fato de o banheiro adaptado ter sido transformado em um depósito para material de limpeza também carrega muitos sentidos sobre como a questão da educação inclusiva é trabalhada na e pela instituição escolar, quando se nega o acesso a coisas básicas e que está presente na escola (como o banheiro) limita-se o acesso do aluno a um espaço que é seu por direito. Como também, o fato da sala de recursos ser tão pequena que dificulta o acesso e permanência de uma criança e/ou adolescente ao direito de utilizar o espaço da sala de recursos. Tal fato vislumbra o constante conflito e disputa pela significação de uma escola inclusiva, pois todas as práticas falam e disputam sentidos no ambiente escolar.

Uma das docentes destacou a importância de construir coletivamente um projeto para todos que integram a escola. Entretanto, ao mesmo tempo em que destaca a importância deste processo, menciona que é algo complicado, pois

quando você dialoga com estes profissionais, eles sequer querem entender que esse é um espaço de todo mundo. A criança fica a parte, fica dentro da sala regular, de lado, quando ela aparenta alguma deficiência. Os próprios professores não querem explicar para os alunos porque aquela criança está ali. Isso se torna muito complexo. A criança fica abandonada. Não há discussão. Quando há discussão é “não sei o que essa criança está fazendo aqui” ou quando a criança é branquinha ou lourinha com deficiência ela é tratada de uma maneira; ou, a criança negra com a mesma deficiência é jogada de lado. Isso é uma das minhas observações (informação verbal, 2015).

Em outro momento a docente trouxe a tona outras situações relacionadas a exclusão escolar:

Os professores sequer queriam entender essa criança dentro de sala. O que a gente ouvia era “eu não vou ficar com esse garoto aleijado.” Nesse nível, ou, “ele não vai aprender nada mesmo.” Aleijado e outros termos que não me vêm a mente agora, mas que são bem pejorativos e que são segregadores. O objetivo é deixar as crianças de lado mesmo e acabou (informação verbal, 2015).

Quando nos referimos ao outro utilizando um termo pejorativo, estamos marcando algo que difere como algo negativo e assim acabamos estigmatizando a pessoa que possui esta diferença que

é considerada ruim. É o que acontece quando o profissional de educação não compreende que a escola é um espaço de todos e constituída pelas diferenças. A partir do estigma, os estereótipos surgem e ganham espaço fortalecendo processos de exclusão. De acordo com Bhabha (2003) o estereótipo é uma maneira de representação simplista, que busca desqualificar o outro, negando o jogo das diferenças e reforçando processos discriminatórios.

O relato sobre os rótulos pejorativos utilizados está carregado de sentidos que trazem para o debate diversas questões, pois mesmo trabalhando em um espaço plural; o estereótipo e o estigma (BHABHA, 2003) do que é diferente se faz presente como algo negativo, colaborando para o preconceito e a discriminação. A discriminação consiste em uma relação de poder na qual a cultura do outro “diferente” é menosprezada, pois não atendem aos padrões discursivamente hegemônicos. Bhabha (2003) afirma que “o conceito de diferença cultural concentra-se no problema da ambivalência da autoridade cultural: a tentativa de dominar em nome de uma supremacia cultural que é ela mesma produzida no momento da diferenciação” (p. 70). E é neste processo discursivo que a enunciação produz a diferenciação.

Incluir é mais do que garantir a matrícula da criança na instituição escolar. Incluir é dar suporte e garantir que a escola propicie condições dignas de permanência na instituição, garantindo o direito a aprendizagem.

Considerações parciais.

Embora a escola seja constituída por seres plurais, muitas vezes as diferenças que a compõe são silenciadas, ignoradas e excluídas. Considero importante debater sobre as demandas relacionadas à educação inclusiva, pois no ambiente escolar os processos de exclusão e inclusão estão imbricados por relações de poder que disputam espaço na sociedade.

Durante as entrevistas emergiram falas relacionadas aos entraves, mas também foram relatados avanços. De acordo com uma docente a equipe está compreendendo que as pessoas são diferentes, possuem ritmos distintos de aprendizagem. Isto fica evidente neste trecho:

Mas, agora eu acho que eles já estão se libertando dessa pressão de que o especial eu tenho que alfabetizar. Tem que alfabetizar? É legal alfabetizar? É! Mas, não tem essa obrigação, pois pode ser que ele não consiga. Tem que ser de uma forma diferente. (informação verbal, 2015)

A educação se constitui como inclusiva quando atende as diferenças, sejam estas culturais, sociais ou relacionadas a outras demandas das diferenças, como a questão dos portadores de necessidades especiais.

Ao falarmos sobre inclusão e exclusão temos que estar cientes que são sentidos em disputa, constantemente em busca de significações. E carregam “uma trama de relações sociais e de poder que terminam por caracterizá-las, e por dar-lhes este ou aquele significado” (XAVIER, 2009, p.19). Porém, não considero que este significado será algo imutável, muito pelo contrário, ele será sempre contingente.

É importante que a escola possa promover estratégias de ensino, assim como de avaliação, compreendendo que não é obrigatório que todos tenham que alcançar os mesmos objetivos. Este processo de significações e ressignificações sobre a educação inclusiva demandam tempo e conforme observado é um processo que nunca terá fim, sempre será disputado, negociado e ressignificado, mas deve ter o compromisso constante com o direito de uma educação para todos independentemente de qualquer limitação.

Referências:

BHABHA, H. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003

BRASIL. *Declaração de Salamanca*. Necessidades Educativas Especiais – NEE. In.: Conferência Mundial sobre NEE: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha; UNESCO 1994. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>> Acessado em: 24/03/2018.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96* – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998. <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>> Acessado em: 22/03/2018.

_____. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos - Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. UNESCO, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.html> Acessado em: 13/04/2018.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. *Educar em Revista*, Curitiba, Editora UFPR, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

LACLAU, E. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

SANTOS, M. P. Educação inclusiva: redefinindo a educação especial. In: *Ponto de Vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos*.

Florianópolis , Santa Catarina, n ¾, p 103-118, 2002. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1402/149>> Acessado em
18/03/2018.

XAVIER, G. P. M. Educação Inclusiva. In.: CANEN, A.; SANTOS, A.(Orgs.). *Educação multicultural: teoria e prática para professores e gestores em educação*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.